

AUTONOMIA: A NOVA PALAVRA DE ORDEM NA  
EDUCAÇÃO

**Silvestre Teixeira**

A população dos "marginalizados", dos "pauperizados" ou dos "excluídos" não dispõe, pelo menos por enquanto, de nenhum potencial ameaçador como dispunham os "assalariados" dos últimos 200 anos.

Os trabalhadores — dentro da cultura ainda vigente e em que nos formamos — tinham um braço forte o sindicato; tinham interesses específicos e bem desenhados, uma organização que lutava para "deter as engrenagens do sistema", que eles próprios integravam, de forma contraditória. Seja como parte substantiva — na qualidade de força produtiva intrinsecamente vinculada ao modo de produção dominante — seja com uma dimensão diminutiva, decorrente da assimetria da composição e do vigor dos vetores no campo de forças gerado pela relação capital/trabalho, os trabalhadores tinham significado.

A crescente população — ainda amorfa porque sobrança — se tornou "desimportante" ao sistema e sequer tem mais a chance de lutar no seu interior dialeticamente. Sem potencial ameaçador, grande parte do enorme exército de potenciais trabalhadores, formados ou não formados para o trabalho à moda antiga, perdeu o significado, tão caro aos ideólogos e revolucionários, de portadores da "libertação".

É impressionante como — para muitos — o descenso da importância relativa da "categoria trabalho" não apenas vem significando um novo estágio da história da humanidade, mas o próprio fim da história!

Há um enorme equívoco na interpretação dos fenômenos atuais decorrentes de um somatório de fatores e que estão gerando, de forma acelerada, o fim do trabalho como relação de emprego no espaço de atuação dos "protagonistas maiores" das transformações sociais.

A missão da transformação social se já era difícil, quando a sociedade industrialista tinha em suas fábricas os pelourinhos do empobrecimento mental que fragmentava o trabalho humano — a existência humana — em mil migalhas, passou a ser quase impossível, quando este espaço tende a não mais existir. É que a fábrica na sociedade industrial era entendida como espaço privilegiado de lutas e as lutas existiram enquanto o espaço se expandia. E agora?

Ou se criam tantos espaços que consigam abrigar os novos

contingentes populacionais— anualmente seriam necessários 1.400.000 novos postos de trabalho no Brasil —, ou reinventam o trabalho como exercício das energias produtivas e de auto-realização de cada um ou, ainda, descobrem outros caminhos.

Em sociedades como a brasileira ainda há estrada a percorrer em qualquer das três alternativas, entretanto, por conta das tendências que se universalizam, o "trabalho" deixa de ser o arauto da emancipação do homem, porque não será somente no bojo do sistema de ocupação ainda dominante ■— o emprego formal — que se criarão as condições objetivas para sua superação.

## II

Sob certos aspectos, graus variados de emancipação do homem aconteceram no embate capital/trabalho dentro das condições e nos limites de cada sociedade. Foram inúmeras as vitórias do trabalho que conseguiram deslocar, embora mantendo o desenho desigual das soluções ancoradas nas condições objetivas de cada sociedade, a linha divisória da posição  $x$  para  $x'$  que delimita a contradição naquele campo de relação.

Não havia como, nessa relação, as soluções serem definitivas e universais por conta inclusive, de sua dimensão dialética. Embora se pergunte, ainda hoje, se não foi por conta do retardamento na formação da classe operária em grande parte do mundo ou se foi porque os intelectuais não assumiram o papel de vanguarda impulsionadora das transformações ou porque os revolucionários pragmáticos não demonstravam ter o preparo indispensável à condução do pós-revolucionário ou por terem entendido que o pós-revolucionário continuava sendo a revolução ou, ainda, porque os atores históricos do *script* das utopias igualitárias assumiram de forma estática o próprio papel, ainda não se pode afirmar porque não emerge um novo modo de produção superando o capitalismo, rompendo a ordem ainda hegemônica.

O papel central que a categoria trabalho parecia ter — é bem verdade — já não o tem nas lutas por transformações sociais pois, agora, não são poucas as situações em que a luta é para se ter "**trabalho**". Entretanto, a utopia igualitária parece continuar sendo co-fundadora da liberdade do homem e de sua capacidade de transformar a natureza. Neste caminho, novas veredas foram abertas onde já se travam lutas para aquelas transformações, embora sem o radicalismo revolucionário da luta de classes e quase nenhuma tendo

na categoria trabalho seu fundamento. A raça, o gênero, as preferências sexuais, a cultura, o meio ambiente, as minorias, os direitos humanos trouxeram alento novo ao movimento social por todos os quadrantes da Terra e a "categoria trabalho", sem deixar de ser **fundante** de nosso modelo social, vem passando, em muitos casos, à posição de coadjuvante das "novas". Poderíamos até dizer que o papel coadjuvante parece se desenhar apenas como conjuntural, ou seja, enquanto aquelas veredas não adquirem a dimensão de "projeto central" ou de "estrada principal" de um novo modelo social.

Schresinger, do The Wall Street Journal<sup>(2)</sup>, em artigo sobre "os limites da industrialização", afirma que o próprio FMI afiança "que a desindustrialização não é um fenômeno negativo" e que a denominação de "países industrializados" deve ser eliminada do jargão oficial para indicar as nações mais ricas do planeta e deve ser substituída, agora, por "economias avançadas". Schresinger só faltou dizer que a denominação deve ser deslocada para identificar os países em desenvolvimento que ainda entendem dever percorrer os mesmos passos e o mesmo percurso que seus paradigmas mais desenvolvidos. Desindustrializa-se o centro e industrializam-se as periferias. Este será o único caminho?

John Naisbitt e antes dele Daniel Bell afirmavam que está na hora de substituir a "teoria do valor trabalho" pela "teoria do valor conhecimento" e, aqui, entra o problema da educação. Da sociedade do trabalho para a sociedade do conhecimento há um salto, há uma ruptura ou é um "contínuo"? A sociedade que não alcançou plenamente a primeira poderá encontrar algum atalho para chegar à segunda? As novas tecnologias têm potencial para muitos atalhos associados às novas veredas dos movimentos sociais.

### III

Refletindo um pouco sobre o Brasil. A nossa história, e uma certa literatura acadêmica recente a prescruta ou resgata, tem inúmeras manifestações contraditórias do "trabalho" no processo de formação da sociedade brasileira. Kowanck(1987), Larnounier(1988), Perrot(1988), Picroni (1991). Schwartz (1988), Jancsó (1996), Fraga Filho (1996), Mattoso (1992),

---

<sup>2</sup> O artigo foi traduzido e publicado no Jornal do Brasil em sua edição de 28.04.97.

Damatta (1985), Costa (1989) abordam esta questão em graus variados de profundidade a partir da pesquisa histórica.

No Brasil Colônia e no Brasil Império — na ordem escravista —, o trabalho formal era compulsório. "Sobravam poucas alternativas produtivas para aproveitamento dos homens livres" que, não podendo ser escravos e não podendo ter escravos, viviam às margens das grandes propriedades ou dos grandes proprietários, dispostos a realizar "qualquer serviço" para a própria sobrevivência.

A compulsoriedade do trabalho escravo era decorrente do estatuto de propriedade. O proprietário do escravo podia exigir/obrigar o escravo a qualquer tipo de trabalho e isto era entendido como natural. Havia um outro nível de compulsoriedade, assumido como punição, para mendigos e vadios — pobres livres, sem eira nem beira —, que viviam especialmente nos centros urbanos. O trabalho compulsório para os "livres" era, normalmente, precedido de prisões. A polícia prendia vadios e mendigos para depois encaminhá-los a algum trabalho.

Em 15 de outubro de 1833, Gonçalves Martins, chefe de polícia da província da Bahia informava: "Tenho a casa (a prisão) cheia de vadios presos à minha ordem sem saber o destino que lhes hei de dar". O trabalho mais frequente era o da incorporação em alguma das armas militares. Foi desta forma que um "vadio" preso em Cachoeira foi remetido a Salvador, em 1842, pelo delegado com a "recomendação que fosse recrutado pela Marinha para que assim não venha mais à terra."

São um sem número os relatos de autoridades policiais referindo esta estratégia e ocorreu por tantas vezes que alguns "vadios" ao serem presos já expressavam o seu interesse pelo destino: "o pardo João José Gualberto, vinte e um anos, ao ser preso vagando pela freguesia de Brotas, pediu para ser alistado como praça do corpo de polícia".

Outra alternativa do trabalho compulsório para os pobres vadios e mendigos era "empregá-los à força em obras públicas", como propunham os edis da Câmara de Salvador em 1835.

A falta de obras públicas ou indisposição das populações pobres, mas livres, para o trabalho compulsório, muitas vezes, fizeram com que as autoridades policiais da época deportassem para o interior da província e províncias vizinhas levas de "vadios" para que lá encontrassem o que fazer trabalhando a terra. A agricultura de subsistência e a economia da sobrevivência, decorrentes dessa autarquização forçada, a encaminha para ser vista sob dois ângulos:

por um lado inspira uma busca da autonomização na luta para a sobrevivência, fazendo com que grande parte daquelas populações descobrissem algumas potencialidades produtivas de que eram portadores; por outro lado, deslegitimava-se o modo hegemônico escravista e autorizava-se — por portas travessas — a produção e fruição individual de bens e serviços, o que, a nível da sociedade brasileira, não era o modo corrente.

O contraditório deste processo de deslegitimação é que, para liberar a sociedade para melhor exercer o modo de produção escravista, fomentava-se outro momento pré-capitalista do trabalho.

Sob certos aspectos, revive-se hoje algo parecido quando os ambulantes, camelôs, barraqueiros e assemelhados são retirados das ruas — "onde atrapalham o trânsito e os viandantes" — e são transferidos para sítios "apropriados" no topo da Ladeira da Montanha ou no Largo da Barroquinha. Novamente, os germes da autonomização revigoram-se na luta pela sobrevivência ainda no bojo do modo de produção hegemônico.

Outro exemplo pode ser visto quando grandes investimentos privados são feitos em determinadas áreas atraindo contingentes da população motivados pela possibilidade de trabalho e despertando uma incontida agitação entre os moradores nativos. Passada a fase de construção, as levas de trabalhadores correm o risco de voltar à situação anterior, agravada. Esta a razão por que já surgem iniciativas de contenção deste afluxo populacional durante as fases de investimentos físicos e de busca de alternativas ocupacionais para tais contingentes. Normalmente, tais alternativas estão fundadas ou em formas e modos de produção correntes na região e calcados em saberes da própria população ou com a introdução de novas competências e saberes facilmente assimiláveis/transferíveis para a mesma.

#### IV

Hoje, 13/11/97, recebemos e-mail do Jornal MEC, informando que o Ministro da Educação Dr. Paulo Renato Souza teria assinado, no dia anterior, em Washington, um protocolo de intenções para o financiamento do Programa de Reforma da Educação Profissional no valor de US\$500 milhões.

O texto do informe contém duas declarações que merecem destaque:

1) "a reforma do ensino médio vai possibilitar a quem obteve um diploma do ensino técnico regressar à escola para obter uma segunda ou terceira qualificação de acordo com as demandas

de mercado".

2) "Os recursos deverão ser investidos na .... expansão dos sistemas estaduais e principalmente para alimentar a nova definição política de expansão do ensino técnico por meio de parcerias com o setor privado.... que será o primeiro beneficiário da melhor e mais ampla qualificação desses novos profissionais."

Parece-me que, no primeiro destaque, embora se fale de qualificação, o texto continua aprisionado às demandas de mercado na dimensão quantitativa quando se refere às 2ª e 3ª possíveis qualificações técnicas. O assunto é educação, objeto é o homem mas a dimensão é funcionalística.

A dimensão funcionalística é reforçada no segundo destaque, quando afiança que o primeiro beneficiário da melhor qualificação dos novos profissionais serão os parceiros privados. Definitivamente, o homem, suas potencialidades e suas energias produtivas parecem relegadas a um segundo plano. Pode-se, até, argumentar que este seria um pressuposto mas, com certeza, o destaque dado pelo *flash* é o de empresa e não o do homem.

Essas observações nos impõem a reflexão de que a educação está oficial e formalmente vinculada à primeira das três alternativas relacionadas no item I do presente texto, que encaminha a solução para abrigar os novos contingentes populacionais nos empregos formais. Ocorre que, em todo o mundo, e o FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL realizado em **Davos**, na Suíça, em 1996, já estimava em quase um bilhão o número de pessoas desempregadas, não há como se aguardar que, face às tendências da economia, o sistema formal de empregos venha a criar tantas vagas quantas sejam suficientes para os novos contingentes da população, aliás cada vez mais se verifica que "o desígnio do capitalismo não é nem nunca foi criar empregos, mas riqueza".

Na nossa concepção, uma contingente cada vez maior da população deve ser formado/movido por um outro "telos" que não o emprego formal. Como a tendência do mercado formal de mão-de-obra é declinante, mesmo que se siga a lógica do mercado, é conveniente que se encontre outra perspectiva para o processo formador.

Guerreiro Ramos, em artigo publicado na década de 80, já afiançava que seria detrimental à sociedade que todo o esforço da produção social se destinasse ao mercado, conseqüentemente, todo o esforço do sistema formador do sistema educacional não pode

estar direcionado ao mercado de trabalho até por uma questão de estratégia.

Em junho de 1991, a Comissão que assessorava o Secretário do Trabalho dos Estados Unidos em um relatório sob o título "**WHAT WORK REQUIRES OF SCHOOLS**" dizia que nos últimos 40 anos o Departamento do Trabalho do Governo Americano foi convocado e procurou dar respostas ao ideal de equidade para as minorias, os deserdados e imigrantes, mas que, agora, embora a primeira tarefa ainda esteja incompleta *"we are called to still another revolution to create an entire people trained to think and equipped with the know-how to make their knowledge productive"*.

Esta nova revolução, concluía o relatório, ainda não está sendo executada, mas já não é sem tempo que deva ser iniciada.

## V

No caso brasileiro, por razões históricas e pelas tendências da economia mundial, muito mais que tentar operar o milagre da criação de tantos postos de trabalho formal quantos forem os brasileiros desempregados e quantos forem os brasileiros que, a cada ano, ingressam no mercado de trabalho, conviria pensar nas alternativas que os saberes populares já oferecem à sobrevivência e tentar multiplicar as oportunidades em vastas áreas da competência popular.

Enquanto a criação de um emprego direto na ÁSIA MOTORS ficará em torno de USS 200,000 sem contar os incentivos e isenções fiscais, o trabalho com artesanato, com cooperativas de trabalho, com o aperfeiçoamento tecnológico de atividades correntes em todo o Brasil poderiam trazer uma melhor qualidade de vida para milhões de brasileiros numa razão infinitamente menor. De fato, tinha razão Betinho, quando dizia que "o Brasil é construído pelos pequenos mas se organiza para os grandes".

A escola, neste particular, é um dos grandes responsáveis por esse quadro. Não interessa a escola, não interessa o local, não interessa a história de cada um. Todos são formados num mesmo sentido: para ser empregado.

A revolução que se há de fazer na educação talvez seja a de fomentar o valor de cada homem, desenvolver sua auto-estima através da valorização do saber, qualquer que ele seja, do qual ele já é portador. Há que se fazer uma revolução piagetiana nos currículos e nas escolas; há que se valorizar o **que** cada um já tem e construir o novo a partir dessa base e, ao construir o novo, valorizan-

do a competência existente, a educação já estará possibilitando a sobrevivência com dignidade e autonomia.

Rompe-se, desta forma, a página dos lugares comuns do I discurso emancipatório para significativos contingentes de brasileiros e abre-se a nova era da educação para a autonomia: a nova palavra de ordem.

## ELEMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: I

Scritta, 1995. COSTA, Ana de Lourdes R. *Ekabó! Trabalho escravo e condições I*

*de moradia e reordenamento urbano de Salvador no século XIX*. Salvador, 1989. Dissertação, Universidade Federal da

Bahia, **1989**. DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher I*

*e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985 DECKER,

J. de. Royer ou la satire à l'éprevre du quotidien. W - \

B, Bruxelles, n° 59, **may**, 1997. FRAGA FILHO, **Walter**.

*Mendigos, moleques e vadios na Bahia*

*do século XIX*. São Paulo/Salvador: Hucitec/ **EDUFBA**, 1996.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado - para além do socialismo*.

Rio de Janeiro: Forense, 1987.

HAMAN, **Willis**, HERMAN, John. *O trabalho criativo*. São Paulo:

Cultura, 1990. JANCÓS, István. *Na Bahia, contra o Império*.

São Paulo/Salvador:

Hucitec/EDUFBA, 1996. KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e*

*vadiagem, a origem do trabalho*

*livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da esearvidão ao trabalho livre: a*

*lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

MARKERT, Werner. *Trabalho, qualificação e politecnia*. São

Paulo: Papyrus, 1996.

MEC/Jornal/MEC <jornalmec@acl.mec.gov.br> Thu 13nov 1997.

OFFE, Klaus. *Trabalho e sociedade*. Rio Janeiro: Tempo Brasileiro,

1991. v.2. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história:*

*operários, mulheres*

*e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos*

*na sociedade colonial*. São Paulo: Cia de Letras, 1988.

SHAPIRO, Robert. Entrevista traduzida e publicada pela Tecbahia  
V. 12, n° 2, CEPED/ SEPLANTEC, agosto/97. SHIMA,  
Walter. *O quadro da nova organização da produção*. Texto  
para discussão, 21/97. Curitiba: UFPR, 1997. SILVA, J.  
Carlos. O Fantasma do desemprego e a revolução do  
negócio próprio. *A Tarde*, Salvador, 24/10/97. SOUZA,  
Herbert de. *O Brasil é construído pelos pequenos mas se  
organiza para os grandes*, apud a Revolução dos Pequenos.  
SEBRAE, 1996.